O PSICÓLOGO ESCOLAR COMO MEDIADOR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS AUTISTAS.

Maria Conceição Cordeiro Queiroz,
Roberta Ferreira Takei,
Rita de Cássia Maskell Rapold

Através dos outros, nos tornamos nós mesmos.

Lev Vygotsky

RESUMO

Esse artigo identifica o psicólogo escolar como um mediador no processo de aprendizagem voltado às crianças autistas da educação infantil, compreendendo como o autismo afeta a criança no desempenho escolar. Também analisa a função e a didática escolar direcionada ao autista consolidando a importância do psicólogo na escola regular, possibilitando um ensino inclusivo, motivacional e de qualidade. O presente artigo traz em tela possíveis intervenções utilizadas que poderão ser utilizadas pelo psicólogo de forma integrada à escola regular, através da mediação, abordada por Vygotsky. O embasamento deste trabalho é de caráter bibliográfico e exploratório sendo desenvolvido com base em material já elaborado e constituído em artigos científicos, revistas, monografias, livros. Os resultados, através da análise bibliográfica, confirmaram a importância do psicólogo escolar no processo de mediação para os estudantes autistas em contexto da escola regular, entretanto, o psicólogo torna-se agente participativo e observador dos comportamentos e adesão do autista em sala aula, assim como a receptividade dos colegas e, dinâmica do professor ao passo que esse será o agente de maior importância na mediação.

Palavras-chaves: mediação; autismo; psicólogo escolar; inclusão.

1. INTRODUÇÃO

O termo autismo vem do grego *auto*, que significa “em si mesmo”. Segundo Rivière (2010), o autismo quanto a sua definição se caracteriza em crianças que habitam em um mundo distante, estranho, geralmente com capacidades de inteligência menores em alguns campos e mais desenvolvidas em outros.

Kanner (1943 apud LEBOYER, 2005) em seu artigo intitulado: “*Autistic disturbances of affective contact*” - “Distúrbios autísticos do contato afetivo”, definiu autismo como:

> São chamadas autistas as crianças que têm inaptidão para estabelecer relações normais com o outro; um atraso na aquisição da linguagem e uma incapacidade, quando ela se desenvolve, de lhe atribuir um valor de comunicação. Essas crianças apresentam igualmente estereotipias gestuais, uma necessidade imperiosa de manter imutável seu ambiente material, ainda que dêem provas de uma memória frequentemente notável. Contrastando com esse quadro, ela tem, a julgar por seu aspecto exterior, um rosto inteligente e uma aparência física normal. (KANNER, 1943 apud LEBOYER, 2005, p. 9)

Este transtorno tem como características básicas a incapacidade para interagir socialmente, comportamento restritivo e repetitivo, dificuldades na comunicação e na linguagem. Ou seja, constantemente essas crianças mergulham para dentro de si desconsiderando por completo a existência de um exterior sem jamais permitir a existência de um diálogo (COLL et al, 2010).

Semelhante ao que o autor acima aborda, para Rohde; Benczik (1999), o transtorno poderá acarretar na criança diversas dificuldades emocionais, de relacionamento familiar e social, bem como um baixo rendimento escolar. Nesse aspecto se aprofundam as problematizações a respeito do contexto escolar não especializado no prisma da dificuldade dessas escolas em construir sujeitos que transitem fluidamente de forma física e cultural pela sociedade.

Trata-se, segundo Borges (2010), de um manejo para que o autista não seja rejeitado nas comunidades externas e internas à escola. Esse trato faz-se

necessário desde as primeiras séries escolares, visando alcançar a completude do estágio de amadurecimento da personalidade do sujeito.

Coll (2010) relata que o diagnóstico do autismo tem como referencia o DSM-V (2014) da Associação Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association* – APA, 1994) e pelo CID-10 da Organização Mundial da Saúde. Esse diagnóstico, comumente utilizado em diversos países, passou por uma reformulação a partir dos critérios do diagnóstico do espectro autista, visando uma categorização dos transtornos.

Essa categorização dos transtornos auxilia a escola a lidar com essa diferença, já que desde as primeiras séries na escola regular, geralmente percebe-se o autista e que esses não se desenvolvem no mesmo ritmo das crianças consideradas normais. É comum, em muitas escolas regulares, a dificuldade de adaptação da equipe escolar e discentes no que tange a inclusão do estudante autista e seu espectro, enquanto os pais, durante um longo período, procuram outros meios de tentar inserir os filhos em comunidade (RIVIÈRE, 2010).

Se na escola houver uma equipe de profissionais especializados, inclusive, com a presença de um profissional de psicologia, esse tempo de procura e aflição dos pais diante de um caso diferenciado na família pode ser menor, pois profissionais como o psicólogo poderão intervir junto à escola no processo de aprendizagem, motivação e socialização cada vez mais multidisciplinar, poderão orientar e direcionar não somente os pais, mas a equipe pedagógica também. Isso significaria um ganho não somente para os alunos autistas e suas famílias, mas para os demais, já que se trata de um aspecto mais humano que é conviver e aprender com o diferente.

Essa convivência e aprendizado com o diferente começa a ser acentuada desde a educação infantil. Nesses períodos, através da escola, o sujeito se relaciona, de forma mais consciente em relação aos estágios etários anteriores. E na interação com outras crianças as diferenças começam a ser notadas. Partindo desse princípio pela semelhança e diferenciação entre as crianças, o autista começa a ser percebido como o diferente dos demais e, geralmente, sofre rejeições da própria classe (LEMOS; SALOMÃO, AGRIPINO-RAMOS,2014).

Como foi visto a situação do autista possui vários agravantes, impedindo-o muitas vezes de se tornar um ser de interação e, por conseguinte alguém que dificilmente possuirá um cabedal de saberes formais. Partindo dessa visão, a escola que não trabalha o processo de inclusão passa a ter um restrito espaço social a oferecer, o que atende às necessidades básicas do cidadão, por isso é imprescindível que os psicólogos possam desenvolver o seu oficio de maneira capacitada, integrado à escola.

Em cinco de outubro 1988, foi promulgada a constituição do direito à igualdade, que visava o ser igual entre todos os cidadãos. E a escola como espaço onde as diferenças se apresentam, tem a partir daí a função de integrar os estudantes diferentes em comunidade. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96, traz o termo inclusão, pois as escolas além de integrar os estudantes de diversos perfis, também deverá adaptar o seu espaço físico e metodologia para atender às necessidades das pessoas de acordo com as diferenças. Logo, não se admite mais que a sociedade se autodenomine pós-moderna, e que não tenha sensibilidade e capacidade necessária para fazer da escola um instrumento de inclusão e construtora de seres com dignidade, e pertencentes ao mundo social (BRASIL,1998).

Cabe à escola preparar esses alunos de forma positiva, incentivando-os, apoiando-os. É função da escola, quebrar barreiras e abrir portas entre o aluno e o campo social. A escola não pode ficar presa só nas dificuldades e fragilidades do discente autista, mas deve pensar na inclusão e intervenções, sobretudo trabalhar as potencialidades desses indivíduos desde os períodos iniciais de vida do sujeito, quando se é percebido a dificuldade desse de estar em socialização (REVIÈRE, 2010). Diante desse contexto, surge o questionamento, o qual direciona este presente estudo: Como o profissional da área de Psicologia Escolar pode intervir, de forma integrada à escola regular na aprendizagem de crianças autistas no período educação infantil?

Cabe a este profissional ser um mediador, um agente de mudança, para que possa amenizar e equilibrar as relações, no que tange os desafios na área da psicologia, junto com uma equipe multidisciplinar.Fazendo uma intervenção que vise

a promoção, a adaptação, a segurança desses indivíduos sobre o processo de reabilitação e de socialização (RIVIÈRE, 2010).

Este trabalho tem como objetivo identificar o psicólogo escolar como um mediador no processo de aprendizagem voltado às crianças autistas do pré-escolar, já que é um assunto relevante no que tange os desafios na área da psicologia escolar. Ademais, tem como objetivo também: compreender como esse transtorno afeta a criança no desempenho escolar; analisar a função e a didática escolar direcionada ao autista; identificar as intervenções utilizadas pelo psicólogo de forma integrada à escola regular (RIVIÈRE, 2010).

Essa pesquisa bibliográfica torna-se importante para pensar na garantia dos direitos das crianças autistas ao ensino mais democrático, levando em consideração a importância da presença de um profissional de psicologia para intervir junto às ações no processo de aprendizagem, motivação e socialização cada vez mais multidisciplinar, e na orientação e direcionamento não somente dos pais, mas da equipe pedagógica.

Esse estudo visa pensar no profissional da educação como um agente de formação e construção não somente para os alunos autistas e suas famílias, mas para os demais da comunidade integrados na sociedade. Pensar no profissional da educação sob essa ótica é entender que as barreiras não estão isoladas, elas se confluem, ou seja, a barreira não está somente para o estudante, mas também para a comunidade a envolver, principalmente os pais e aqueles que mantém uma relação interpessoal mais próxima com o autista.

A relevância social deste trabalho é compreender como o transtorno autismo afeta a criança no desempenho escolar, pois, até mesmo cientificamente, essa pesquisa servirá de base no que tange as outras pesquisas e interação dos agentes escolares e comunidade em relação ao trato e ensino direcionado às crianças autistas.

A identificação nas intervenções utilizadas pelo psicólogode forma integrada à escola regular é uma maneira de se pensar na produção de material que sirva como base de orientação ou até mesmo problematização do objeto pesquisado. Ademais, trata-se da produção de um material que pensa a atuação do autista em conjunto à

classe, levando-se sempre em consideração o respeito às diversidades apresentadas por e em cada um dos estudantes.

Este trabalho se orienta através de pesquisas bibliográficas a partir de fontes, como artigos científicos, livros, monografias com o propósito de verificar possíveis respostas para questões que foram levantadas durante a pesquisa, levando em consideração a veracidade das informações. As palavras-chave para realizar o levantamento de textos que irão compor a fortuna crítica foram: mediação, autismo e psicólogo escolar, inclusão. O embasamento deste trabalho se deu através de pesquisa de caráter bibliográfico e exploratório sendo desenvolvida com base em material já elaborado e constituído em artigos científicos, revistas, monografias, livros.

2. O AUTISMO, O PROCESSO DE APRENDIZAGEM E A MEDIAÇÃO

O autismo é considerado um transtorno global do desenvolvimento, caracterizado por uma interiorização intensa. Segundo o DSM – V (2014) o autismo pode ser caracterizado por prejuízos na comunicação verbal e não verbal do sujeito, na interação social, dificultando o reconhecimento de afetos e apresentando restrições no que tange a realização de algumas atividades. O autismo também pode ser caracterizado através dos comportamentos de ordem visual e de postura, o autista pode apresentar ecolalia e atitudes estereotipadas como bater os pés, mãos e dificuldades de mudanças de rotina. Embora a presença do autista ainda seja rara nas escolas, é importante que os profissionais da educação tenham conhecimento dos sintomas características desses distúrbios, e busque uma adaptação no currículo escolar, para trabalharem o desenvolvimento destas crianças, para assim, serem inseridas na sociedade.

Desde os primeiros estudos a respeito do autismo, os mesmos geralmente não conseguem uma relação social equilibrada, entretanto, atualmente a educação já demonstra uma sistematização entre as ações pedagógicas. É certo que deve se fazer da escola um espaço a serviço da inclusão intelectual, social e porque não dizer na coletividade. Para que isso aconteça, se faz imprescindível o respeito e a compreensão particular de cada ser, como são afirmados por: “*É preciso uma*

determinação muito concreta e particularizada para cada caso, de vários fatores, que devem ser levados em conta para definir a orientação educativa adequada" (RIVIÈRE, 2010, p.249).

Sanini et al (2013) afirma que nascemos com uma tendência nata para a aprendizagem e que a curiosidade é uma característica que surge bem cedo na nossa vida, assim a aprendizagem e a construção do conhecimento, são processos naturais e espontâneos na espécie humana, e caso isso não ocorra, algo está sendo contrariado na lei da natureza e é preciso identificar a causa e combater o sintoma.

Todas as crianças autistas necessitam de um olhar diferenciado dos psicólogos e apoio de educadores especiais e inclusivos. Sendo o autista um ser introspectivo, com imensa dificuldade de interação social, tendo características básicas de aprender com o método de repetição. Para isso, a escola inclusiva deve estimular e fazer um trabalho em duplas, em grupos com a finalidade de tornar o Complementando assim, ações práticas, sistematizadas, visando e potencializando o trabalho que o aluno autista tem de inteligência e jamais promover ações pedagógicas que priorize o que os portadores de autismo não possuem (LEMOS; SALOMÃO, AGRIPINO-RAMOS,2014).

Foi realizada uma análise sobre o atendimento educacional especializado de um aluno da rede pública, com diagnostico de autismo. A mesma buscou elaboração de um plano de atendimento educacional, que atenda as necessidades do aluno de forma a assegurar melhores condições para continuidade dos estudos, proporcionando ao mesmo a suplementação para o desenvolvimento de habilidade, de leitura e aprimoramento da escrita (CHAVES, 2011; p.09). O plano de atendimento educacional elaborado, segundo a autora, trouxe resultados positivos no que tange a leitura e escrita do autista. Entretanto, só foram possíveis por meio do apoio das diretrizes das políticas públicas, que são responsáveis pela formação de profissionais capacitados para a prática da educação inclusiva e, principalmente, voltada ao autista.

É função da escola, ser instrumento de inclusão que consequentemente dará ao autista uma capacidade maior de aprender saberes científico e do dia a dia, permitindo-o desenvolver ações de primeiras necessidades com autonomia. Nesse

caso, é função social da escola fazer com que a criança autista compreenda a realidade e sobre tudo intervenha nessa modificando a sua vida e do espaço social da escola aonde ele vive.

3. A INTERAÇÃO E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO AUTISTA

De acordo com Sanini et al (2013), a relação social do autismo e seu desenvolvimento, deve ser de maneira sistematizada sendo que, esse avanço deverá ter como orientações básicas o trabalho com pares que deve ser livre e dirigidos. As brincadeiras livres são aqueles em que acontecem de forma natural, contudo o educador deve sempre estar incentivando essas brincadeiras.

Já as brincadeiras dirigidas, são devidamente sistematizadas e orientadas pelo educador. Portanto, quando a brincadeira é livre (espontânea) pode causar satisfação e sentimento de aprendizado nos sujeitos, já a brincadeira dirigida pode causar no autista a situação de estresse ou nervosismo. No entanto, na interação com brincadeiras em pares permite ao aluno autista uma oportunidade a mais de relacionamento social e consequentemente o desenvolvimento cognitivo mais qualitativo.

> (...) o estímulo natural da interação social a essas crianças (autistas), oportunizado, pela inclusão escolar, o mais cedo possível, possibilita a ampliação do repertorio de habilidades sociais e de aceitação pelos pares. Desse modo, o isolamento constante pode ser evitado, especialmente nos anos pré-escolares (SANINI *et al*, 2013, p. 101).

Na caminhada pela inclusão do autista no mundo social, a escola se destaca como um pilar fundamental, capaz de inserir o mesmo nesse espaço coletivo. Todavia, é imprescindível que o acesso à educação aconteça na mais tenra idade, pois quando mais cedo à criança autista fazer parte do espaço da educação, certamente ficará menos isolado e consequentemente incluído nas relações interpessoais.

Segundo Kupfer (1996), a necessidade de colocar as pessoas com transtornos mentais na escola é de fundamental importância, pois é o único espaço social capaz de incluir verdadeiramente esse indivíduo na sociedade. Para a inserção ou inclusão do aluno autista na escola, a proposta é que esse deva passar por uma educação infantil.

Na educação infantil já deve se iniciar o processo da mediação, o que irá ajudar os estudantes na autonomia e também irá contribuir na formação do educador quanto a práxis pedagógica. Segundo Freire (1980) a educação deve está diretamente relacionada às relações dialógicas, ou seja, o professor e educandos aprendem juntos, respeitando de forma democrática a expressão e formas comunicativas de aprendizagem dos sujeitos, pois o estudante também é uma pessoa com conhecimentos, talvez saberes não relacionados aos dos livros, mas de vida e, por isso, o processo de mediação se faz mister.

4. A TEORIA DE VYGOTSKY NO PROCESSO DE MEDIAÇÃO

A mediação, segundo Oliveira (1998) é compreendida como um processo de intervenção dentro de uma relação construtiva; "a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento" (OLIVEIRA, 2002, p. 26).

No contexto de sala de aula o professor, segundo Vygotsky (1993) ao elucidar sobre o pensamento e a linguagem, é um mediador que potencializará as construções cognitivas de cada sujeito de forma a pensar num coletivo no que tange os pensamentos, conceitos e práticas em sala de aula.

A função mediadora no aprendizado é fundamental para o desenvolvimento psicológico, pois está pautada no desenvolvimento da relação com meio sociocultural, que se trata de uma mediação simbólica que o sujeito desenvolve. Os conceitos são construções culturais internalizadas pelo indivíduo ao longo do seu processo de desenvolvimento, onde aponta uma diferenciação entre os conceitos espontâneos, gerados pelo conhecimento internalizados que o homem tem no mundo, esses conceitos espontâneos e culturais estão em passos semelhantes aos condicionamento e impulsos sociais (OLIVEIRA, 2002).

Um dos princípios básicos da teoria de Vygotsky (1993) é o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que representa a diferença entre a capacidade da criança de resolver problema para si próprio e a capacidade de resolvê-las com a ajuda de alguém. A zona de desenvolvimento proximal é, portanto, tudo que a criança pode adquirir em termos intelectuais quando lhe é dado o suporte educacional devido. Ele se divide em dois níveis de desenvolvimento Real e desenvolvimento Potencial, o real é aquele que já foi consolidado pelo indivíduo, no qual ele é capaz de resolver situações utilizando o seu conhecimento de forma autônoma e o desenvolvimento potencial é determinado pelas habilidades que o sujeito já construiu porém, encontra-se em, processo, isso significa que a dialética da aprendizagem que gerou o desenvolvimento real e, também, o das habilidades.

Todas as relações de aprendizado se dão por meio da interação. Trata-se de troca e construções que o indivíduo estabelece com outros sujeitos a par de tornar interno o que se aprende. E essa interação pode ser orquestrada pelo professor, de forma a potencializar os estudantes e colocar as potencias em conjuntos amplos, sociais, de sala de aula.

Todo processo de ensino aprendizado, segundo Vygotsky (1993) inclui aquele que ensina e aprende, por isso faz-se imprescindível que o professor, nesse processo de ensino-aprendizado alie a prática e teoria e, se possível, coma ajuda do psicólogo educacional que se valerá das teorias e ensinamentos de Vygostky evitando o distanciamento e rupturas da teoria e prática.

Entre tantos desafios da educação brasileira o trato com o diferente tem trazido nos últimos tempos uma inquietação no espaço social e escolar, mais especificamente no lidar com o autismo, no qual o educador tem se sentido incomodado com as dificuldades de se comunicar com alguém especial em sala de aula. Para isso, os saberes pedagógicos do professor devem ser norteados e mediados por um ato de planejamento extremamente particularizados, respeitando sobremaneira a diversidade do sujeito autista (OLIVEIRA, 2002).

Em busca de uma perspectiva educacional inclusiva e igualitária, o educador se insere nesse contexto como um ator principal, colocando-se como uma ponte entre o aluno autista e o meio social. Direcionando metodologias especificas

em prática de sala de aula, despertando no autista um sentimento de pertencimento ao meio em que vive. Por isso, os saberes necessários ao educador especial perpassa pelo seu olhar que compreenda cada sujeito como um ser único, respeitando a capacidade de amadurecimento e tempo de aprendizado (OLIVEIRA, 1988). O autismo não significa a incapacidade de interagir e de aprender e, sim, que a esse sujeito seja dado a oportunidade e a possibilidade do aprender (CHAVES, 2011).

Essa oportunidade e possibilidade se dá através da comunicação sujeito e escola, sujeito e educador e vice versa. Partindo desse viés, o psicólogo escolar como mediador é um agente importante no processo de comunicação estabelecido entre o professor e colegas para com o estudante autista.

A comunicação com o aluno autista se dá através de formas comunicativas diferentes em relação aos aluno não autista. Faz-se necessário que o psicólogo como mediador seja um elo de aprendizado ao professor para que esse perceba a importância de se estabelecer atividades não verbais em sala de aula, favorecendo a compreensão de fotos, objetos, figuras e expressões faciais, afim de melhor desenvolver a compreensão não verbal voltada ao autista, pois a linguagem não verbal é a premissa para um melhor desenvolvimento da linguem verbal, já que muitas vezes o autista tem dificuldade de compreender gestos e símbolos (SILVEIRA, NEVES, 2006)

Mesmo existindo autistas que conseguem se comunicar verbalmente de forma satisfatória, é interessante que o mediador saliente aos profissionais da educação a necessidade de se estabelecer comunicações verbais simples, objetivas e curtas, utilizando frases pequenas para que o aluno autista entenda o que se quer comunicar e a comunicação em si, já que o ato de se comunicar é uma forma de estabelecimento de laços e de relação interpessoal.

O psicólogo escolar como mediador pode estabelecer junto aos professores e classe a importância de se abordar o outro na tentativa de comunicação e interação, para que haja a minimização do isolamento do sujeito tido como diferente. Ademais, os colegas e professores podem ajudar a desviar as manias e comportamentos estereotipados do aluno autista, mas para isso é preciso

um trabalho conscientizador e especializado de um psicólogo escolar junto aos agentes da escola (OLIVEIRA, 2002).

Por fim, a educação inclusiva jamais possa conceber que alguém seja incapaz e improdutiva em qualquer meio social em que esse esteja inserido. Desse modo, a escola, a família e o sujeito autista podem ser interligados pelo afeto, o respeito à diferença, e a apropriação de saberes que levarão esses indivíduos a serem atores da sua própria vida e, por conseguinte se tornarem pessoas críticas e com autonomia de vida (SANINI, 2013).

5. A INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO

Pra que haja a intervenção do psicólogo faz-se importante o envolvimento dos pais no que tange a educação das crianças, pois a participação dos pais não se deve ser excluída de todo o processo ensino-aprendizado, pois os responsáveis precisam estar inteirados do processo educativo. O psicólogo tem a importância de possibilitar e estimular a interação dos pais junto à escola (ANDRADA, 2005).

O psicólogo no trato com os pais deve, através do processo dialógico com os responsáveis, entender como com os filhos e os pais estabelecem a relação de autonomiza X dependência; autoridade; relacionamento cognitivo e da emoção. Através disso desenvolver reuniões palestras, encontros para que os responsáveis possam contribuir para uma educação mais participativa e que, sobretudo, respeite os diferentes (ANDRADA, 2005).

Segundo Andrada (2005) o psicólogo pode “confrontar família e professor quando necessário, criando espaço de diálogo franco das dificuldades de todos, não só do aluno, diluindo nos sistemas a ‘culpa’ pelo fracasso escolar. Assim, outra armadilha é enfraquecida: ‘a culpa é da família’” (ANDRADA, 2005, p.2). Percebe-se que a atuação do psicólogo é diluir a culpa somente voltada para a família, assumindo uma posição colaborativa junto à equipe e estudantes, não sendo um agente deslocado de intromissão.

O psicólogo pode também encaminhar crianças com dificuldades, observar o desenvolvimento do aprendizado dessas e questionar o professor quanto as didáticas ao passo que também irá, de forma dialógica, ouvir os professores quanto

os desafios e dificuldades em sala de aula, principalmente no ensino dos estudantes autistas. Faz-se importante que o profissional esteja presente nos conselhos de classe para evitar alguns entraves como os rótulos direcionados aos educandos e, no que tange os autistas ao estabelecer uma compreensão das habilidades e dificuldades dos educandos (ANDRADA, 2005).

O psicólogo pode sugerir aos professores que esses utilizem o método TEACCH que está voltado para a organização dos espaços físicos e as expectativas da criança autista, pois essa geralmente são mais visuais, logo, deve-se potencializar a educação a partir da sensibilidade visual associado à organização do espaço o que espera o autista. Dessa maneira, trabalhando a organização espacial, a criança estará sendo potencializada à independência através dos estímulos visuais, principalmente às atividades mais novas para que o estudante de adapte aos contextos dos outros educandos (VIEIRA, 2004).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa foi perceptível a incipiência da quantidade de artigos que tratam da atuação do psicólogo no trato da educação com estudantes autistas em escola regular. No processo da pesquisa teórica foi-se constatado um grande número de acervo de textos, artigos e monografias sobre a atuação do psicólogo escolar no trato da orientação voltada enfatizadamente aos professores, de modo que os educadores revessem as *práxis* pedagógicas para tornar real a inclusão em sala de aula.

Sob o tema “O psicólogo escolar como mediador no processo de aprendizagem das crianças autistas” fez-se interessante repensar o papel do psicólogo escolar voltado para a observação e relações dialógicas não somente aos professores, mas também às famílias e educandos. Não se pode pensar no processo de inclusão do sujeito autista na escola regular sem que o profissional da psicologia, através do saber dialógico, não se volte, não observe e não perceba o educando como um todo no processo de aprendizagem.

É interessante que o psicólogo participe mais da vida cotidiana da escola, estabeleça a escuta e diálogo para melhor propor intervenções aos educadores a respeito da didática em sala de aula e acompanhar o processo de inclusão e ensino-aprendizagem dos estudantes, não somente daqueles que fazem parte do processo de inclusão e garantia do direito aos estudos, mas também dos que não estão nesse contexto por serem considerados sujeitos que não necessitem de um olhar mais especializado.

A importância da mediação é percebida como fator potencializador de uma escola capaz de construir uma sociedade melhor, pois a mediação irá considerar os saberes dos sujeitos, sejam eles professores ou estudantes. Está no processo da mediação, orientada pelo psicólogo, a aceitação dos demais educandos com as diferenças no momento que é trabalhado o respeito ao Outro nas atividades e brincadeiras recreativas em sala de aula e nos espaços fora dela.

O autista tem dificuldade de se adaptar às didáticas normativas e pré-estabelecidas que colocarão em queda a espontaneidade e criatividade desse. O autista deve se sentir desperto e livre na escolha das atividades e dinâmicas que melhor o conduzirão ao saber institucionalizado e das relações interpessoais. Para isso, o psicólogo escolar é um agente potencializador no entendimento de como cada autista irá se comportar e se expressar no contexto educacional e como os colegas irão dialogar diante dum sujeito também diferente.

É da competência do psicólogo observar a dinâmica em sala de aula para dialogar com as didáticas dos educadores visando conduzi-las para uma *práxis* mais inclusiva e que reflita positivamente na vida social de todos. E com isso esse profissional estará mais ativo e presente no cotidiano das aulas, senão não poderá de forma mais acertada intervir junto ao professor na escolha da dinâmica que melhor viabilizará o ensino e interação do autista com a turma e materiais pedagógicos, assim como da turma para com o autista, tendo em vista que o autismo irá apresentar peculiaridades de sujeito para sujeito.

A inclusão se dá através de estratégias da equipe pedagógica para que os educandos se sintam parte da vivência educacional, que é parte da esfera social. Não se deve perceber a inclusão como um bônus, mas como um dever, dever que a

escola junto às famílias têm de auxiliarem os sujeitos na condução da construção de uma sociedade melhor, na qual os direitos de quaisquer cidadãos estejam assegurados, integrando os sujeitos diferentes nas comunidades.

Nas escolas as diferenças se apresentam, também é nela que sujeitos em construção identitária poderão ser educados para aceitarem e lidarem com as diferenças, pois é função básica da escola auxiliar no preparo de indivíduos mais humanos e desfeitos de preconceitos. Não há possibilidade da aceitação e relação social sem o diálogo entre os indivíduos que compõem a escola, para tanto a mediação é a ferramenta que melhor irá pensar o contexto dos autistas na escola regular.

A presença do psicólogo nas escolas é fundamental e se faz necessário a intervenção do Estado, principalmente nas escolas públicas, no que tange a criação de leis que assegurem a presença desse profissional nas escolas. Sem uma lei que garanta a presença de tais profissionais nas práxis pedagógicas, a escola estará aprisionada aos paradigmas antigos e ineficientes que irão dificultar o processo de inclusão dos sujeitos, como o antigo SOE que delegava responsabilidades aos outros órgãos competentes, como a família, conselho tutelar, psiquiatras, sem perceber que a dinâmica escolar deve ser repensada para que de fato haja a inclusão dos sujeitos e não a exclusão desses ao passo que o psicólogo estará mais fora da sua sala clínica e mais presente no processo aprendizado dos agentes escolares através da observação dos contextos interativos em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, E.G.C. **Focos de intervenção em psicologia escolar**. Psicol. Esc. Educ. (Impr.) vol.9 no. 1 Campinas,2005.

AFONSO, D. R. **Aprendizagem de alunos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: o Orientador educacional como potencializador do processo.** Rio Janeiro, 2011.

BASILIO, A; MOREIRA, J. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão.** Salvador, 2014**.** Disponível em:< http://educacaointegral.org.br/noticias/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao >. Acessado dia 27/05/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Brasília: s.n., 1998.

CHAVES, S. I. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtorno global do desenvolvimento- autismo.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

DSM-IV-TR – Manual **diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** (Trad. Cláudia Dornelles; 5 e.d. rev. – Porto Alegre: Artmed, 2013

FARIAS, I. M. *et al***. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na**

teoria da Experiência de aprendizagem Mediada. Rev. Bras. Educ. Especial Vol. 14, nº 3. Marília, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

KUPFER, M. C. **Pré-escola terapêutica lugar de vida. Um dispositivo para o tratamento de crianças com distúrbios globais do desenvolvimento**. Estilos clin. Vol.1, São Paulo, 1996.

LEBOYER, M. Trad. DALGALARRONDO, R.G. **Autismo Infantil – Fatos e Modelos**.5. ed. Campinas: Papirus, 2005. (Coleção Educação Especial).

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMAO, Nádia Maria Ribeiro and AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírley. **Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar**. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2014, vol.20, n.1, pp.117-130. ISSN 1413-6538. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000100009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. Malheiro Editores, São Paulo, 1995, 3a. edição atualizada, 3a. tiragem.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Pensar a educação: contribuições de Vygotsky**. In: PiagetVygotsky: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 1988. p. 51-81.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico 4. ed**. São Paulo: Scipione, 2002.

RIVIÈRE, A. O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento (2010). In: COLL, C. *et al*. **Desenvolvimento Psicológico e Educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 3 ed. Ed. Artmed. São Paulo, 2010.

SILVEIRA, F. F; NEVES, M. M. B. da J. **Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores**. Psic. Teor. e Pesq., Brasília, Jan-Abr 2006.

SANINI, C. *et al*. **Competência social e autismo: o papel do contexto da *brincadeira com pares.*** *Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 29; Nº 1. Brasília,* Jan/Mar. 2013.

VIERA, S. A. **O Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficit Relacionado à Comunicação- TEACCH: um estudo de uma proposta pedagógica em uma Escola Especial da Cidade de Colombo- PR**. Universidade de Tuiti do Parána. Curitiba, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: M. Fontes, 1993.